



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

CIENTE

ARQUIVE-SE

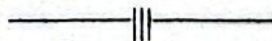
Em 30/11/64

Secretário

Ata

da 332.^a Sessão
do Conselho Universitário

23-9-1964



GRÁFICA DA UNIVERSIDADE
Porto Alegre
1964

ATA DA 332ª SESSÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Aos 23 de setembro de 1964, às 14:45 horas, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. José Carlos Fonseca Milano, Reitor comigo, Guy Hellen Sosa Britto, Secretário abaixo assinado, e presente os Exmos. Srs. Conselheiros Francisco de Castilhos Marques Pereira e Rubens Mário Garcia Maciel, Diretor e Representante da Congregação da Faculdade de Medicina de Pôrto Alegre; Mozart Pereira Soares e Moysés Westphalen, Diretor e Representante da Congregação da Faculdade de Agronomia e Veterinária; Emílio Alberto Maya Gischkow, Suplente de Representante da Congregação da Faculdade de Direito de Pelotas; Ibsen Wetzel Stephan, Representante da Congregação da Faculdade de Odontologia de Pelotas; Othon Santos e Silva e Paulo Pereira Louro Filho, Diretor e Representante da Congregação da Faculdade de Odontologia de Pôrto Alegre; Galeno Vellinho de Lacerda, Diretor da Faculdade de Direito de Pôrto Alegre; José Vianna Rocha, Representante da Congregação da Faculdade de Farmácia e Bioquímica de Pôrto Alegre; Ary Nunes Tietbühl e Oscar Machado da Silva, Diretor e Representante da Congregação da Faculdade de Filosofia; João Baptista Pianca e Ricardo Cauduro, Diretor e Suplente de Representante da Congregação da Faculdade de Arquitetura; Luiz Leseigneur de Faria e Saviniano de Castro Marques, Diretor e Representante da Congregação da Escola de Engenharia; Pery Pinto Diniz da Silva e Nagipe Buaes, Diretor e Representante da Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas; Aurora M. C. Desidério e Ado Malagoli, Diretora e Representante da Congregação da Escola de Artes; Pery Riet Corrêa e Rubens Penha Rodrigues, Representante e Suplente de Representante dos Institutos da Universidade do Rio Grande do Sul; Carlos Candal dos Santos, Representante dos Professores Adjuntos da Universidade do Rio Grande do Sul; Jorge Honório Mittelstaedt Brito, Representante dos Assistentes de Ensino Superior da Universidade do Rio Grande do Sul; Roberto Nogueira Medici, Representante dos Instrutores de Ensino Superior da Universidade do Rio Grande do Sul; e os Acadêmicos Antônio Carlos Ghisleni e Fernando Viégas Rangel, Representantes do Corpo Discente da Universidade do Rio Grande do Sul; realizou-se a tricentésima trigésima segunda sessão do Conselho Universitário. Conforme se verifica do livro de presença, compareceram 27 Srs. Conselheiros. Compareceu, especialmente convidado, o Prof. Eduardo Zácara Faraco, Suplente de Representante da Congregação da Faculdade de Medicina de Pôrto

Alegre, o qual, nessa qualidade, foi designado, na 331ª Sessão do Conselho Universitário, para integrar Comissão Especial dêste Conselho; tendo sido, naquela Comissão Especial, designado Relator da matéria, seu comparecimento à presente Sessão se justifica, precisamente, para desincumbir-se dêsse encargo. Deixaram de comparecer, por motivo justificado os Srs. Conselheiros Bruno de Mendonça Lima, Gastão Coelho Pureza Duarte, Rubem Green Ribeiro Dantas, Vicente Marques Santiago e Raul Carlos Geib.

I — Compromisso e posse

Aberta a sessão, o Sr. Reitor anunciou a realização do ato solene de compromisso e posse do seguinte Conselheiro:

Prof. Rubens Penha Rodrigues, na qualidade de Suplente de Representante dos Institutos.

— Após prestar o compromisso regimental, foi, o professor acima, declarado empossado como membro do Conselho Universitário.

Dêsse ato de compromisso e posse foi lavrado Termo especial no livro de registro respectivo.

II — Expediente

1. ATA — A Ata da 331ª Sessão, já distribuída aos Srs. Conselheiros, ficou para ser votada na próxima Sessão.

III — Ordem do Dia

Em pauta a apreciação do anteprojeto do Estatuto do Magistério Superior.

O Sr. Reitor afirmou que a presente Sessão se destinava a tomar conhecimento do trabalho realizado pela Comissão Especial designada pelo Conselho Universitário, em sua última reunião, Comissão essa que tinha por tarefa a análise do anteprojeto do Estatuto do Magistério Superior, bem como as sugestões e emendas a êle apresentadas, e, ainda — se fôsse o caso — a elaboração de substitutivo ao mesmo anteprojeto, para que seja apresentado ao Ministério da Educação e Cultura, como forma de colaboração da Universidade do Rio Grande do Sul à votação definitiva da matéria. Esclareceu, a seguir, o orador, que o último Forum de Reitores tomou conhecimento do anteprojeto elaborado pelo próprio Ministério da Educação e Cultura. Nessa ocasião, foi aquêle colegiado, advertido que no próximo Forum de Reitores, a efetuar-se em 9 de outubro p. vindouro, seria procedida a votação definitiva daquele anteprojeto, ou como foi apresentado, ou com as emendas que viessem a merecer a aprovação do Forum. Ora, entendeu de bom alvitre, o Sr. Reitor, ouvir os órgãos desta Universidade, acêrca do assunto, para que a sua presença no Forum de Reitores não significasse apenas uma tomada de posição pessoal, mas, sim, que tal tomada de posição representasse, tanto quanto possível, o ponto de vista que, sôbre a matéria, tem a Universidade do Rio Grande do Sul. Aduziu, o orador, esperar que o Conselho Universitário, ao tomar conhecimento do trabalho da Comissão Especial, opine acêrca dêsse trabalho, tendo em conta a transcendên-

cia do assunto que ora se aprecia. Ponderou, logo após, que o prazo para que sejam apresentadas emendas ao anteprojeto do Estatuto do Magistério Superior expirará, inexoravelmente, no dia 25 do corrente mês. Essas emendas — que poderão visar a um artigo ou, até, a todo o anteprojeto — deverão ser encaminhadas, no prazo acima referido, à Comissão designada pelo Ministério da Educação e Cultura, Comissão essa que analisará e, se fôr o caso, aprovará tais emendas. Ora, se o substitutivo elaborado pela Comissão Especial designada por esta Casa não fôr remetido ao Ministério da Educação e Cultura até o prazo convencionado — prazo êsse que já é extra-oficial, uma vez que o oficial expirou no dia 8 dêste mês — a única oportunidade que, então, se apresentaria, seria a de debater o assunto no plenário do Fórum de Reitores. É evidente, porém, que, nessas circunstâncias, a possibilidade de se apresentar algo de concreto reduzir-se-ia à expressão mais simples. Fica bem expresso, por outro lado, que a matéria somente não foi proposta à consideração mais detalhada dêste Conselho em virtude de não ter, a Universidade, contado com prazos maiores para que isso pudesse ter ocorrido com tóda a amplitude. Concluiu, o Sr. Reitor, comunicando que participa desta Sessão um professor que não é membro titular da Casa, mas que, designado pelo Conselho Universitário para integrar a Comissão Especial que elaborou o substitutivo ao anteprojeto e, ainda, designado por essa mesma Comissão Especial para relatar o substitutivo, toma parte, então, na presente Sessão do Conselho, que é específica para o assunto. Trata-se do Prof. Eduardo Zácara Faraco, que na Sessão anterior compareceu como Suplente do Representante da Congregação da Faculdade de Medicina de Pôrto Alegre. A seguir, o Sr. Reitor concedeu a palavra ao Prof. Galeno para, na qualidade de Presidente da Comissão Especial, fazer a apresentação do trabalho por essa elaborado.

O Prof. Galeno disse que a Comissão Especial designada pelo Conselho Universitário a fim de examinar o anteprojeto do Estatuto do Magistério Superior, encaminhado pelo Ministério da Educação e Cultura, cumpriu a sua árdua tarefa em cêrca de 20 dias de dura atividade. Estão, todos os integrantes da Comissão, com a consciência tranqüila, por terem chegado, nesse breve tempo, ao final de seu trabalho, apresentando a êste Conselho aquilo que de melhor poderiam realizar. Não possui, a Comissão Especial, a veleidade de ter realizado obra perfeita; mas, em face da longa discussão dos vários tópicos da matéria, em face das sugestões numerosíssimas que foram apresentadas por quase todos os institutos e por muitos professôres desta Universidade — sugestões essas exaustivamente consideradas e discutidas — crê, a Comissão, que, pelo menos, pode apresentar um trabalho bem mais amplo, bem mais sistemático, bem mais flexível e bem mais completo do que aquêle que nos foi apresentado pelo Ministério da Educação e Cultura. Na verdade, o trabalho que hoje se traz à consideração do plenário é um substitutivo completo ao anteprojeto encaminhado pelo MEC. A seguir, o orador pediu ao Prof. Faraco que tomasse a palavra a fim de esclarecer aos Srs. Conselheiros os critérios que orientaram a Comissão na elaboração do substitutivo.

O Prof. Faraco disse que a Comissão, preliminarmente,

procurou estabelecer um debate, a fim de retirar da justificativa do anteprojeto e dos artigos nele contidos, aquilo que pudesse constituir a sua filosofia e a sua política de ação, bem como verificar se êsse anteprojeto obedecia a uma sistemática que o tornasse procedente. Depois dêsse debate, a Comissão procurou classificar as emendas, situando as áreas de maior incidência, as quais deveriam revelar um maior interesse, u'a maior concordância ou u'a maior discordância. Foram analisadas 297 emendas e 9 aditivos. Essas emendas e êsses aditivos foram apresentados pelos seguintes órgãos: Conselho de Pesquisas: uma emenda; Escola de Enfermagem: 3 emendas; Escola de Engenharia: 18 emendas; Faculdade de Arquitetura: uma emenda; Faculdade de Direito de P. Alegre: 19 emendas; Faculdade de Agronomia e Veterinária: 18 emendas e 3 aditivos; Escola de Artes: uma emenda; Faculdade de Filosofia: 7 emendas; Instituto de Ciências Naturais: 5 emendas; Instituto de Física: uma emenda; Instituto de Matemática: 3 emendas; Departamento de Ciências Matemáticas: 9 emendas; A.I.A.P.A.: 8 emendas; Faculdade de Direito de Pelotas: 3 emendas e 1 aditivo; Prof. Edgar A. Graeff: 7 emendas; Prof. Hélio Machado da Rosa: 39 emendas; Prof. Nagipe Buaes: 7 emendas; Faculdade de Medicina de Pôrto Alegre: 67 emendas; êsse número, acrescido de mais algumas emendas e aditivos, perfaz o total de 297 emendas ao anteprojeto. Os artigos n.ºs. 14, 22, 68, 19, 4, 27, 43, 59, 29, 42, 48 e 55 receberam de sete a dez emendas; os demais artigos receberam um número inferior de emendas. Tendo se procurado estabelecer uma correlação matemática, em função do número de artigos do anteprojeto, ficou evidente que os artigos que receberam de seis a dez emendas têm todos, do ponto de vista estatístico, o mesmo valor, considerando o número global de artigos do anteprojeto. Apenas os artigos 12, 28, 37, 52, 56 e 62 não receberam emenda alguma. Frisou, a seguir, o orador, que mencionava êsses detalhes a fim de que se tivesse uma idéia da magnitude da tarefa da Comissão, a qual procurou, de início, os denominadores comuns entre as emendas, a fim de tornar o trabalho racional, e verificar em que medida as emendas, quando incidiam sôbre uma área mais específica, se afastavam do contido no anteprojeto. Depois disso, levando em consideração a justificativa do anteprojeto, levando em consideração a leitura atenta e crítica dos artigos do anteprojeto e, certamente, levando em consideração a análise das emendas, particularmente daquelas que incidiam sôbre determinados artigos que pareciam sumamente importantes, por representar áreas de maior interesse ou de maior grupo, a Comissão elaborou, à guisa de justificativa do substitutivo, o que segue:

“JUSTIFICATIVA DO SUBSTITUTIVO AO ANTEPROJETO DO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO SUPERIOR ELABORADO NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Estatuto é a ordenação de um programa ou de uma política de ação, no caso educativa, ou, mais restritamente, de educação superior ou universitária. Em síntese, ordena princípios. O anteprojeto do Estatuto do Magistério Superior, pretende ordenar princípios oriundos da realidade brasileira, transformando-os em generalizações, simultaneamente lógi-

cas e práticas. Este anteprojeto deveria ser um instrumento de *inovação institucional*.

Nêste sentido a Comissão designada pelo Conselho Universitário da URGs pareceu lógico procurar retirar da análise dos artigos que compõem o anteprojeto e das emendas a êle apresentadas, os princípios que fundamentaram os seus enunciados. Para tanto, a Comissão formulou uma série de questões que, se satisfeitas pelo anteprojeto, deveriam preencher o propósito acima enunciado:

1. Constitui o anteprojeto um documento que possibilita uma real mudança do "status quo" do magistério superior brasileiro?

2. Respeita a autonomia universitária e, si o faz, explora ao máximo suas possibilidades legais, de tal forma a fugir de uma autonomia que é presentemente legítima, mas, na realidade vazia e inoperante?

3. Desvincula realmente o pessoal que serve a Universidade do estatuto, dos regulamentos e das limitações dos funcionários civis da União?

4. Fortifica o poder, centralizando-o nos órgãos diretivos universitários, possibilitando uma política orgânica e coordenada, impedindo a dispersão de recursos, disciplinando a soberania das Faculdades, limitando a soberania das Cátedras?

5. Cria realmente uma carreira universitária que substitui a norma vigente — igualdade perante a lei — de proteção, do professor-funcionário público, pela norma da distinção entre professores produtivos e não produtivos e, conseqüente proteção ou discriminação salarial, na base da excelência individual para o recrutamento e ascensão na carreira?

6. Institui cargos suficientemente numerosos de instrutores, monitores, pessoal auxiliar e assistentes e assegura o ingresso de pessoas qualificadas, através de um programa adequado de recrutamento?

7. Possibilita a inclusão progressiva de um núcleo ponderável de pessoal em regime de dedicação exclusiva, determinando-lhes com precisão o espírito e os deveres?

8. Determina salários adequados, que permitam dedicação exclusiva, a fim de destruir a tendência tradicional ao acúmulo de cargos?

9. Concede gratificações especiais ou prêmios para trabalhadores altamente produtivos ou autores de trabalhos excepcionais a fim de estimular o interesse e a excelência do trabalho individual, em bases de sadia competição?

10. Trata-se de documento suficientemente amplo e flexível que permita sua aplicabilidade em âmbito nacional e às exigências pedagógicas variáveis dos múltiplos estabelecimentos do ensino superior, de tal forma que se justaponha

aos estatutos universitários e aos regimentos de Faculdades e/ou Escolas?

11. Atenta para o fato de que os departamentos foram ideados ou planejados para ministrar ensino e possibilitar a pesquisa de *disciplinas comuns* a várias profissões? considera a conseqüente e inevitável concentração de recursos — materiais e humanos — a fim de administrar uma educação mais eficiente, com um menor custo operacional, imposta por essa concepção?

12. Pondera efetivamente que a soberania de fato e de lei das Cátedras, consubstanciando a soberania das Faculdades, tornam incompatível o estabelecimento e o desenvolvimento da estrutura departamental?

13. Explora inteligentemente o caráter autárquico ou de fundação autorizado pelo artigo 81 da Lei de Bases e Diretrizes e cria categorias de professores que permita instituir a figura do servidor público autárquico, de professor titular e/ou catedrático?

14. Atenta o anteprojeto para as vantagens que devem ser conferidas a homens que se dedicam durante uma vida às tarefas de educação e pesquisa amparando-os de maneira efetiva e condigna ao fim de carreira, ou às suas famílias, na sua falta?

A quem quer que analise detida e objetivamente o anteprojeto não escapará, ao tomar como termo de referência as 14 proposições acima enumeradas, que o mesmo representa um progresso sobretudo nas suas intenções. Na verdade, mantém sob uma nova bandeira ou denominação os aspectos essenciais de um sistema desacreditado. Falha portanto como força prática para implantar modificações claramente requeridas e universalmente aceitas. Conforma-se com a autonomia legal da universidade sem que tenha introduzido instrumentos eficazes que concretizem a independência espiritual, acadêmica e administrativa. É, portanto, solução parcial que, convertida em lei se enxertará arbitrária e, daí caoticamente na estrutura legal preexistente.

Crê a Comissão não ser injusto afirmar que o anteprojeto é omisso, muitas vezes, inconseqüente, outras, impeditivo, não raro, e, em alguns aspectos retrógrado. O substitutivo, que representa uma integração do anteprojeto, das emendas ao mesmo apresentadas e da elaboração da própria Comissão, pretende ser um instrumento coerente, simplificado, flexível e atuante. Em síntese, verdadeiramente renovador e normativo das interrelações acadêmicas.

Sendo o que nos cabia dizer em relação à filosofia que presidiu a feitura deste trabalho, entregamo-lo ao julgamento do Egrégio Conselho Universitário.

Pôrto Alegre, 23 de setembro de 1964.

(as.) Prof. Galeno Vellinho de Lacerda — Presidente

(as.) Prof. Eduardo Z. Faraco — Relator

(as.) Prof. Nagipe Buões

(as.) Prof. Carlos Candal dos Santos"

O Prof. Maciel, a seguir, pediu a palavra a fim de solicitar um esclarecimento sobre o sentido daquilo que o Conselho Universitário iria passar a fazer, daqui por diante, acerca da matéria, já que lhe parecia haver um certo conflito de entendimento entre o que se registra na Ata da 331ª Sessão e as palavras preliminares do Sr. Reitor, ao anunciar o que se faria na presente Sessão. Na Ata em referência, à página 29, com o sub-título de "Decisão", em seu último parágrafo, se diz: "Aprovada a criação de uma Comissão Especial, integrada pelos Profs. Galeno Vellinho de Lacerda, Nagipe Buaes, Eduardo Zácara Faraco e Carlos Candal dos Santos, a fim de analisar as sugestões apresentadas ao anteprojeto do Estatuto do Magistério Superior e, inclusive, elaborar substitutivo ao mesmo anteprojeto, acompanhado de exposição de motivos. Esse trabalho deverá ser submetido ao Conselho Universitário na sessão que este realizará no próximo dia 21 do corrente mês, e, se aprovado pelo plenário, representará o ponto de vista da Universidade, sobre a matéria, ponto de vista esse que será levado pelo Sr. Reitor ao Forum de Reitores". Portanto — continuou o Prof. Maciel — a Decisão acima registra que o trabalho da Comissão Especial deveria ser debatido e aprovado pelo Conselho Universitário, para, então, representar o ponto de vista oficial da Universidade. Segundo entendeu, o orador, das palavras iniciais do Sr. Reitor, a Comissão Especial teria elaborado um trabalho que seria trazido ao conhecimento desta Casa, para que dele ficasse informado, e que esse trabalho seria levado como um subsídio ao Forum de Reitores e lá seria defendido pelo Sr. Reitor, mas — segundo pareceu ao orador — não representaria o ponto de vista oficial da Universidade. Quisera, pois, que lhe fôsse esclarecida essa questão de ordem.

O Sr. Reitor ponderou que suas afirmações iniciais correspondiam exatamente ao que está registrado na Ata. Pretende, realmente, levar ao Forum de Reitores o ponto de vista oficial da Universidade, acerca da matéria. Se esse não fôsse o caso, o orador não teria, inclusive, submetido ao Conselho Universitário o trabalho elaborado pela Comissão Especial, trabalho esse que deverá ser debatido em plenário, a fim de que se chegue a uma decisão sobre o mesmo.

Esclarecida a questão de ordem, o Prof. Maciel, a seguir, afirmou que, inicialmente, desejava levantar o seu protesto em relação às circunstâncias que são impostas à Casa para o debate de um assunto de tamanha magnitude. Como preliminar, também, queria louvar o trabalho da Comissão Especial, naquilo de que o orador já tomou conhecimento: parece-lhe que a introdução do trabalho é de alta qualidade. Crê, ainda, que as questões levantadas pela Comissão, em número de 14, como critérios gerais para discussão de um Estatuto do Magistério Superior, e na impressão de uma primeira audiência, lhe deixam a convicção de que se trata de um trabalho de alto nível e de que foram atendidos os pontos de vista fundamentais para um empreendimento dessa envergadura. E essa afirmação era feita convictamente, muito embora nem todas as questões — e particularmente a 11ª — obtenham a aquiescência completa do orador. Sabe, também, que o Sr. Reitor, ao mencionar os prazos inexoráveis a que fez referência, não estava agindo arbitrariamente, mas, sim, obedecendo a prazos que lhe foram traçados pelo Ministério

da Educação e Cultura. Entende, todavia — e é contra isto que levanta o seu protesto — que o Conselho Universitário está sendo obrigado a debater um assunto de enorme transcendência, com uma exigüidade de tempo que, absolutamente não condiz com a importância da matéria e com a importância deste plenário. A ilustre Comissão Especial, composta de quatro ilustres professores desta Universidade, necessitou de muitos dias de grande esforço para conseguir chegar a um resultado que, ao orador, se antecipa magnífico, através de uma elaboração de cujo árduo labor nos deu conhecimento o Sr. Relator daquela Comissão. Entretanto, o Sr. Ministro da Educação e Cultura deseja que no Forum de Reitores, a realizar-se a 9 de outubro p. vindouro, o assunto já esteja suficientemente elaborado, para ser objeto de decisão final. Diz mais, o Sr. Ministro da Educação: que o assunto, apreciado no dia 9 de outubro, pelo Forum de Reitores, seria, no dia imediato, enviado ao Congresso, pelo Poder Executivo, na forma de anteprojeto, o que faz supôr, de novo, que o Forum de Reitores se defrontará com o prazo de um dia para debater o tema. De outra parte, o plenário do Forum de Reitores marcou um prazo até o dia 8 de setembro p. passado, e esse prazo foi prorrogado até o dia 20 ou 22 — segundo consta da Ata da 331ª Sessão — e, agora, informou o Sr. Reitor que protelado até o dia 25, para que houvesse tempo — do dia 25 de setembro ao dia 9 de outubro — a fim de que a Diretoria de Ensino Superior tomasse conhecimento de todos os trabalhos vindos de todo o território nacional e pudesse incorporá-lo àquilo que fôsse o anteprojeto definitivo. Vê-se, pois, que há, em cada etapa, pelo menos um mínimo de tempo, que permite receber o trabalho, refletir sobre ele e formular as sugestões ou decisões que porventura ele venha a merecer. O Conselho Universitário tem uma tarde para debater o assunto. Esse prazo parece, ao orador, completamente inadequado. Reconhece, porém, que essa uma tarde não dependeu de que a Comissão pudesse fazer mais brevemente do que fez o seu trabalho. Entende que os membros da Comissão, como homens sérios que são, não poderiam, mesmo, trabalhar açodadamente, mas, sim, à altura da seriedade de que se revestem e da seriedade do assunto. Reiterava, pois, que em suas palavras não havia qualquer sentido restritivo ao prazo usado pela Comissão, pois esse prazo ela tinha de usar, realmente, para elaborar seu trabalho. O que o orador lamenta é que circunstâncias alheias à vontade desta Universidade façam com que seu mais alto plenário deva elaborar o que se vai chamar um pronunciamento oficial desta Instituição, no prazo de uma tarde, sobre um documento da maior importância, do qual não houve tempo, sequer, para se ter uma cópia mimeografada. E tanto mais era de protestar, pelo fato de que o açodamento ministerial no encaminhamento desse assunto não encontra justificativa, aos olhos do orador, em nenhuma razão válida. Por conseguinte, não vê por que o Ministério da Educação e Cultura deva pressionar as Universidades para que estas, *tambour batent*, tomem posição num assunto que vai nortear a vida universitária pelo espaço de, provavelmente, alguns decênios. De modo que este momento parece, ao orador, que é o adequado para que o Conselho Universitário, com a mesma seriedade com que a Comissão Especial encarou seu trabalho, pudesse,

também, fazer a sua própria apreciação, para que, depois, fôsse, com tempo, aos órgãos especializados do MEC, para que este, por sua vez, ouvido o Conselho Federal de Educação — como cumpre e lhe é imposto — terminasse, então, enviando ao Executivo o anteprojeto final do Estatuto do Magistério Superior. Lamentava, pois, o orador, que o Ministério da Educação e Cultura, neste momento, se tome de um frenesi de fazer cousas — alheias, no entender do Prof. Maciel, aos interesses do ensino — para pressionar, dessa forma, a opinião universitária do País.

O Sr. Reitor, logo após, ponderou que o Prof. Maciel não estivera presente à última sessão do Conselho, quando se discutira, em caráter preliminar, o anteprojeto em referência. Na verdade — continuou o Sr. Reitor — as cousas não se passaram exatamente como foram postas. O anteprojeto apresentado foi submetido a todos os membros desta Casa, com um prazo razoável para que o examinassem. Num primeira reunião, o Conselho tomou conhecimento da matéria, opinou de forma geral sobre ela e resolveu designar uma Comissão Especial para que reunisse tôdas as proposições aqui apresentadas, através de emendas ou sugestões, e elaborasse o trabalho que ora está sendo apreciado. De modo que, na verdade, o prazo é exigüo para a apreciação do trabalho da Comissão, mas isso ocorre por injunção dos prazos que foram dados à Universidade, prazos êsses que não cabe a esta modificar. Assim sendo, só existem dois caminhos a seguir: ou emitir, a Universidade, opinião sobre a matéria, dentro dos prazos a ela fixados, ou omitir-se completamente, entendendo que a omissão não acarrete a responsabilidade de participar, de uma ou de outra maneira, da elaboração do que virá a ser, provavelmente, o Estatuto do Magistério Superior. Não pareceu, ao orador, que fôsse útil êsse segundo caminho. Entre a omissão — por se considerar os prazos exigüos e incapazes de, por si, permitirem um trabalho de maior profundidade — e a ativa participação, no sentido de contribuir, de alguma maneira, com o ponto de vista da Universidade em relação à matéria — embora tomando os prazos como inexoráveis e irremovíveis — pareceu, ao Sr. Reitor, que a segunda maneira de agir era bastante mais razoável. De modo que, reconhecendo, embora, a justeza de algumas das afirmações do Prof. Maciel, entende, o orador, que a posição adotada, ou seja, a de ativa participação, é de grande valor e absolutamente correta.

O Prof. Buaes, a seguir, disse que a exposição do Sr. Representante da Congregação da Faculdade de Medicina de Porto Alegre fôra feita de forma clara e positiva, de acôrdo, aliás, com sua cultura e com o brilho de sua inteligência. Esqueceu-se, entretanto, o Prof. Maciel, de ponderar um aspecto importante da questão, aspecto êsse que o orador pedia licença para mencionar. É que existe, na questão da elaboração do Estatuto do Magistério Superior, o aspecto político, principalmente no cenário federal, onde se prima pela tese da execução do Estatuto do Magistério Superior na forma em que foi concebido o anteprojeto recebido pela Universidade. Êsse anteprojeto enfeixa, dentro de seu conteúdo, um aspecto que é, até, de caráter subversivo, principalmente no que se refere ao art. 6º do mesmo anteprojeto, o qual estabelece uma paridade de votação, nos Departamentos, entre pro-

fessôres catedráticos e auxiliares de ensino. É justamente em face disso que a Comissão Especial elaborou o seu trabalho, visando, pois, a introduzir uma cunha nessa interferência política que está se esboçando no cenário federal. Há Reitores interessados na aprovação sumária do anteprojeto original, anteprojeto êsse que o orador considera uma monstruosidade, em sua concepção e em sua análise, embora respeite as opiniões que divergem das suas. Considera, entretanto, que tal anteprojeto, pelo seu conteúdo e pela sua estruturação, tem uma finalidade que é mais de caráter subversivo do que, propriamente, de caráter reformador das instituições educacionais do País. Diante, pois, da premência do tempo, a Comissão Especial se apressou a apresentar um trabalho que, pelo menos, provocasse a distorção daquilo que está contido no anteprojeto. Além disso, pretende, a Comissão, interferir no cenário federal, para impedir as tendências políticas relativas ao anteprojeto original. Teceu, o orador, a seguir, considerações sobre os motivos da criação da Comissão Especial, para que esta interpretasse, mais ou menos, o pensamento da Universidade, a fim de que o Sr. Reitor pudesse levar ao Fórum de Reitores a posição oficial da Universidade, em relação à matéria. E a interferência da Universidade, no caso, tem um aspecto muito mais político, de forma positiva e construtiva, no sentido de restabelecer a verdadeira posição em que se deve caracterizar o Estatuto do Magistério Superior. Foi, pois, com êste objetivo que a Comissão Especial trabalhou, a fim de elaborar um substitutivo ao anteprojeto. Concluiu, o orador, afirmando que talvez se tenha êxito no sentido de fazer vingar algumas das sugestões contidas no substitutivo; entretanto, parece — segundo informações colhidas em fontes fidedignas — que já está mais ou menos aprovada a forma constante no anteprojeto original. Êsse, pois, eram os esclarecimentos que o orador desejava prestar a êste Egrégio Conselho.

O Prof. Maciel, logo após, disse que não fizera, em sua anterior intervenção, qualquer restrição ao trabalho da Comissão Especial, nem ao tempo que ela dispendeu na elaboração dêsse mesmo trabalho. O seu protesto, pois, não dizia respeito ao que a Comissão fêz, nem à ação do Sr. Reitor — já que êste se encontra limitado por um prazo que termina depois-de-amanhã; o protesto do orador vai, especificamente, ao Ministério da Educação e Cultura e, em especial, ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, o qual, no momento em que se tem de debater um assunto da mais alta transcendência, cria u'a mecânica de elaboração que está muito aquém da seriedade e da importância do assunto versado. Entende, ainda, o orador, que isso é feito sem nenhuma razão fundamental justificadora; não vê por que o Sr. Ministro necessite fazer as cousas como as está fazendo; pensa, ainda, que ao fazê-las como faz, prejudica substancialmente a tomada de posição da Universidade. Reafirmou entender que, concluído o trabalho da Comissão Especial, o que caberia, normalmente, seria a distribuição dêsse trabalho aos Srs. Conselheiros, para que cada um dêles tivesse o tempo necessário para meditar sobre êle e, eventualmente, apresentar suas próprias sugestões, embora pudesse ocorrer, também, que o referido trabalho, pela sua qualidade, viesse a se constituir, realmente, no definitivo. Ponderou, a seguir, que o que vai sair dêste

Conselho não é, apenas, a opinião de uma Comissão, por illustre que ela seja, mas, sim, a opinião oficial da Universidade do Rio Grande do Sul; e a Universidade vai opinar oficialmente sobre um assunto de tamanha transcendência no espaço de uma sessão, transcorrida durante uma tarde. Quanto à medida que se está adotando — em face dos prazos inexoráveis — no sentido de cooperar, apesar das circunstâncias, a fim de atenuar o mal que se pretende fazer ao ensino superior no País, julga, o orador, que é uma atitude nobilíssima, que compreende e admite, mas que de modo algum se contrapõe ao protesto que levantou, pois não está protestando contra o que os integrantes da Comissão Especial realizaram, mas, sim, contra aquilo que obrigam a Universidade a fazer, e que não são os integrantes da Comissão Especial que a tal obrigam. Concluiu dizendo que, quando amanhã ou depois, transformado em lei o anteprojeto do Estatuto do Magistério Superior — talvez até omitindo a preciosa colaboração da Universidade do Rio Grande do Sul — alguém nos pedirá contas de porque esta Universidade não teve, naquele momento, uma palavra decisiva. Então, é preciso que se diga que houve uma voz — nem que seja discordante e única — lamentando o açodamento do Ministério e, especificamente, do Sr. Ministro da Educação e Cultura, açodamento esse injustificado e lesivo aos interesses do ensino.

O Prof. Galeno, em seguimento, afirmou que, em face das palavras veementes do Prof. Maciel — com as quais está de pleno acôrdo, naquilo que representa um justo protesto contra o açodamento imposto pelo Ministério da Educação e Cultura a um assunto de tamanha transcendência — cabe-lhe, contudo, justificar a êste Conselho a impossibilidade material, que os membros da Comissão Especial tiveram, de completar o trabalho com a antecedência necessária para que êle pudesse, ao menos, ser distribuído aos Srs. Conselheiros. Foi absolutamente impossível que isso ocorresse. O cometimento era de tamanho vulto que a Comissão funcionou ininterruptamente, em regime de três turnos e, mesmo assim, a datilografia dêsse trabalho somente pôde ser ultimada ao meio-dia de hoje, valendo frisar que muitas emendas de redação foram consignadas ainda na manhã de hoje. De modo que, não houve, na verdade, possibilidade material de apresentar com antecedência o substitutivo ao anteprojeto e sua justificativa.

O Sr. Reitor, a seguir, reportando-se à utilização dos prazos que foram concedidos à Universidade, disse que, em relação ao anteprojeto elaborado pelo Ministério da Educação e Cultura, foi êle distribuído com antecedência aos Srs. integrantes dêste Conselho, o qual, sobre o assunto, já se manifestou na Sessão anterior, e de forma altamente sugestiva. Houve u'a manifestação, naquela oportunidade, dizendo que o anteprojeto era inaceitável; oito manifestações afirmando que o anteprojeto era aceitável com alguns reparos, os quais variavam de pequenos a substanciais; e u'a manifestação pela aceitação do anteprojeto sem qualquer reparo. De modo que, de fato, êste plenário já manifestou o seu conhecimento do problema e, inclusive, a sua opinião relativa ao anteprojeto do MEC. O trabalho que está se apresentando agora é, precisamente, a concatenação dos reparos que foram manifestados neste Conselho, na Sessão anterior. Assim sendo,

a matéria já foi — dentro da exigüidade e da inexorabilidade dos prazos concedidos — devidamente examinada e debatida por esta Casa.

O Prof. Maciel pediu vênia para lembrar que em nenhum momento objetivou debater a forma como foi utilizado o tempo relativo ao exame do assunto. O ponto nuclear de todas as suas intervenções é o relativo à imposição de prazos que foi feita à Universidade. É contra isso que se rebelava e lançava seu protesto.

O Prof. Galeno, em continuação, disse que passaria à leitura, capítulo por capítulo, do substitutivo elaborado pela Comissão Especial, devendo o Sr. Relator, Prof. Faraco, tecer os comentários que se fizerem necessários para que possam os Srs. Conselheiros ficar perfeitamente esclarecidos das inovações introduzidas e da razão de ser de muitos artigos do trabalho que ora é apresentado à consideração do Conselho Universitário.

Realmente, o Prof. Galeno, a seguir, leu, capítulo por capítulo, o substitutivo em referência, tendo o Sr. Relator, Prof. Faraco, bem como o próprio Prof. Galeno, e, ainda, por vezes, os Profs. Bues e Candal, membros da Comissão, tecido comentários esclarecedores acêrca das disposições que compõem tal substitutivo.

Transcreve-se, abaixo, a íntegra do substitutivo ao anteprojeto do Estatuto do Magistério Superior, substitutivo êsse elaborado pela Comissão Especial designada pelo Conselho Universitário:

“ANTEPROJETO DO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO SUPERIOR APRESENTADO PELA UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

Dispõe sôbre o Estatuto do Magistério Superior

TÍTULO I — DO ESTATUTO E SEUS OBJETIVOS

Capítulo Único

Art. 1º — O Estatuto do Magistério Superior, de que trata esta lei, institui o regime jurídico do pessoal docente, técnico e administrativo, pertencente aos estabelecimentos de ensino superior vinculados à administração federal, e regula a classificação e o preenchimento dos cargos e funções relativos às atividades do magistério superior.

Art. 2º — Entendem-se como atividades de ensino superior aquelas que, pertinentes ao sistema indissociável de ensino e pesquisa se exerçam nos estabelecimentos de ensino superior para fins de transmissão e ampliação do saber.

TÍTULO II — DO PESSOAL

Capítulo I — Do Corpo Docente

Art. 3º — O corpo docente de cada estabelecimento de ensino superior — Escola, Faculdade, Instituto ou Departa-

mento autônomo — será constituído, na forma dos respectivos Regimentos, pelas seguintes classes de professores:

- a) instrutores;
- b) assistentes;
- c) adjuntos;
- d) titulares, catedráticos ou não.

§ único — Farão parte ainda do corpo docente:

- a) os professores contratados;
- b) os colaboradores.

Art. 4º — São atribuições dos membros do corpo docente as atividades de ensino superior constantes dos planos de trabalho e programas da unidade em que estejam lotados.

§ único — Atendendo-se às respectivas peculiaridades, os Regimentos especificarão as atribuições do corpo docente, de acôrdo com a hierarquia dos cargos e funções.

Art. 5º — Tôdas as classes de professores terão representação unitária, com direito a voto, na Congregação, Conselhos ou Departamentos, dos quais são membros natos, com voto individual, os professores titulares.

Art. 6º — Os estabelecimentos que adotarem a forma departamental deverão assegurar, em seus Regimentos, a chefia do Departamento e a maioria de votos a titulares.

§ único — Se esta maioria não fôr possível, o chefe do Departamento terá voto de qualidade e direito de veto às deliberações, admitindo-se recurso para os órgãos superiores do estabelecimento, na forma regimental.

Capítulo II — Do Quadro

Art. 7º — O pessoal a que se refere o art. 1º integrará, em cada Universidade ou estabelecimento isolado, um Quadro Único.

§ 1º — O Quadro Único, quando se referir a Universidade autárquica, será aprovado pelo Conselho Universitário, no uso da autonomia que àquela incumbe.

§ 2º — Quando a instituição se organizar sob forma de fundação ou associação, o Quadro será constituído de acôrdo com as normas estabelecidas em seus Estatutos, observados o sistema de classificação e demais normas estabelecidas nesta lei.

§ 3º — O Quadro dos estabelecimentos isolados vinculados à administração federal será submetido à aprovação do Conselho Federal de Educação.

Art. 8º — Nas Universidades, a lotação nos diversos estabelecimentos, segundo as categorias de pessoal, será fixada pelo Conselho Universitário, na forma que dispuser o respectivo Estatuto.

§ único — No estabelecimento, o pessoal será lotado de acôrdo com os critérios fixados no Regimento.

Capítulo III — Do Provimento

Art. 9º — Os estabelecimentos admitirão, mediante contrato, colaboradores de ensino como pessoal temporário, em estágio probatório, para complementação e integração das atividades permanentes do magistério.

§ 1º — O contrato será precedido de prova de seleção anunciada por edital, nos termos do Regimento.

§ 2º — É requisito para inscrição que o candidato seja graduado em curso superior onde se ministre a disciplina a que se destina a respectiva prova.

Art. 10º — Os colaboradores serão admitidos a duplo estágio, de 1º e 2º grau, ambos contratuais, renováveis e sucessivos, nos termos do que, a respeito, dispuser o Regimento.

Art. 11 — Os estágios como colaborador não poderão ser inferiores, em conjunto, a cinco anos, para fins de ingresso na classe inicial do magistério superior.

Art. 12 — Os cargos de instrutor serão providos mediante concurso de títulos, trabalhos e provas, ao qual somente poderão inscrever-se os colaboradores de 2º grau.

Art. 13 — Os cargos de assistente serão providos mediante concurso de títulos e trabalhos, ao qual somente poderão inscrever-se os instrutores.

Art. 14 — Os cargos de adjunto serão providos, quanto à metade das vagas em cada estabelecimento, mediante concurso de títulos e trabalhos, dentre os ocupantes do cargo de assistente; quanto à outra metade, mediante concurso público de títulos, trabalhos e provas, compreendendo, entre aquêles, obrigatoriamente, o de docente-livre.

Art. 15 — Os professores titulares não catedráticos, privativos dos estabelecimentos que adotarem regime departamental, serão nomeados exclusivamente por acesso de professor adjunto, mediante concurso de trabalhos e títulos.

Art. 16 — Os professores titulares catedráticos serão nomeados mediante concurso público de títulos, trabalhos e provas, a que poderão concorrer outros professores titulares, professores adjuntos, livres-docentes, ou pessoas de notório saber, a juízo da Congregação.

Art. 17 — Os Estatutos e Regimentos disporão acerca dos concursos para os cargos de professor instrutor, assistente, adjunto e titular.

§ único — As inscrições nesses concursos dependerão de parecer dos respectivos Conselhos e serão aprovadas ou rejeitadas pelas Congregações, no uso de poder de discricção.

Art. 18 — As comissões julgadoras dos concursos para admissão de professores titulares serão compostas por cinco professores titulares, sendo dois do estabelecimento e três de outros estabelecimentos, nacionais ou estrangeiros.

Art. 19 — A Congregação poderá recusar o parecer das comissões julgadoras de concurso, sendo obrigatório o voto de dois terços de seus membros, quando a recusa incidir sobre indicação para professor titular.

§ único — Das decisões das Congregações caberá recurso para o Conselho Universitário, ou para o Conselho Federal de Educação, quando se tratar de estabelecimento isolado.

Art. 20 — Poderão ser contratados professores, nacionais ou estrangeiros, para reger disciplinas, ministrar cursos cooperar com professor titular, a pedido deste, e executar ou orientar pesquisas.

§ único — O contrato deverá ser aprovado pelo voto de dois terços dos membros da Congregação, e seu prazo não poderá exceder de dois anos, permitindo-se a renovação.

Art. 21 — As admissões serão feitas por ato do Reitor, nas Universidades, e dos Diretores nos estabelecimentos isolados.

Capítulo IV — Da Acumulação

Art. 22 — É permitida a acumulação de dois cargos de magistério ou a de um destes com um cargo técnico, contanto que haja correlação de matérias e compatibilidade de horários, e bem assim a acumulação prevista no art. 96, n° I, da Constituição Federal.

§ 1º — A correlação de matérias, para efeito deste artigo, será julgada por comissões de especialistas, instituídas pelo Reitor da Universidade ou Diretor do estabelecimento isolado.

§ 2º — Os horários, para fins de exame da compatibilidade, serão atestados pelo Diretor do Estabelecimento e por certidões fornecidas pelos órgãos estranhos ao estabelecimento.

Art. 23 — Os professores no exercício do regime de tempo integral não poderão acumular, exceto cargos de direção no âmbito da Universidade ou do próprio estabelecimento.

Capítulo V — Da Transferência ou Remoção

Art. 24 — A transferência de professores integrantes das classes do magistério superior poderá ser feita entre Universidades ou estabelecimentos isolados diferentes do país, e dependerá da iniciativa ou aquiescência do professor interessado, aprovação de dois terços dos membros da Congregação do estabelecimento para o qual se destina a transferência, e, bem assim, neste, da manifestação favorável do professor

titular da disciplina a que pertence o candidato, quando integrante das três primeiras classes do magistério.

§ 1º — A transferência em caráter definitivo dependerá da existência de vaga.

§ 2º — A transferência temporária será feita por prazo certo, não superior a dois (2) anos, e destina-se a possibilitar o intercâmbio de professores entre as Universidades e estabelecimentos isolados do sistema federal de ensino superior, ouvido o respectivo titular, não importando perda de cargo do interessado no estabelecimento de origem.

§ 3º — Poderá haver transferência por permuta, a pedido de ambos os interessados, observado o disposto neste artigo.

Art. 25 — Os professores somente poderão ser transferidos, em caráter definitivo ou temporário, para as mesmas classes a que pertencem nos estabelecimentos de origem.

Art. 26 — A transferência em caráter definitivo ou temporário de professor catedrático de uma Universidade ou estabelecimento isolado, para outra Universidade ou estabelecimento integrante do sistema federal de ensino superior, será efetivada por ato do Reitor da Universidade ou do Diretor do estabelecimento isolado, para o qual se destina o transferido.

Art. 27 — A remoção de professores ocupantes de cargos das classes do magistério superior, dentro da mesma Universidade ou estabelecimento, será regulada no respectivo Estatuto ou Regimento.

Art. 28 — Em nenhuma hipótese se fará a transferência de colaborador.

Art. 29 — Poderão ser nomeados para cargos de magistério, mediante voto favorável de dois terços dos membros da Congregação, candidatos aprovados em concurso realizado em outro estabelecimento do país.

Capítulo VI — Da Licença, do Afastamento e da Substituição

Art. 30 — Para efeito de concessão de licença ao pessoal, aplicam-se os artigos 88 até 117 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

§ único — Ao colaborador e ao contratado não se aplicam os incisos V, VI e VII do artigo 88 da Lei referida neste artigo.

Art. 31 — O afastamento do professor terá lugar quando houver:

- I — Transferência temporária, consoante o disposto nos artigos 24 a 26 desta Lei;
- II — Permissão para aperfeiçoamento ou realização de cursos ou trabalhos em instituição nacional ou es-

trangeira, ou para comparecimento a congressos e reuniões.

Art. 32 — A autorização para o afastamento do professor, dentro ou fora do país, nas hipóteses do inciso II do artigo anterior, será dada pelo Reitor ou pelo Diretor, nos termos do Estatuto ou Regimento.

Art. 33 — As vagas temporárias, decorrentes do afastamento do professor, serão preenchidas por ato do Reitor ou Diretor do estabelecimento isolado, mediante indicação das Congregações, observada a hierarquia na carreira e o que, a respeito, dispuserem os Regimentos.

Art. 34 — Nas substituições que excederem de 30 dias, o substituto receberá vencimentos iguais aos do substituído, sem prejuízo das vantagens dêste.

Art. 35 — Quando a substituição recair em professor da mesma classe, os substitutos poderão, nos termos do Regimento, acumular os exercícios, hipótese em que, além de seus vencimentos, perceberão um pro-labore equivalente à metade dos vencimentos dos substituídos.

Capítulo VII — Da Vacância

Art. 36 — A A vacância dos cargos decorrerá de exoneração, de demissão, de promoção, de transferência definitiva, de aposentadoria ou de falecimento.

Art. 37 — O preenchimento dos cargos vagos será feito nos termos desta lei, do Estatuto e do Regimento.

TÍTULO III — DO REGIME DE TEMPO DE TRABALHO

Capítulo Único — Do Tempo Parcial e Integral

Art. 38 — O magistério superior distribuir-se-á entre o regime de tempo parcial e o de tempo integral.

Art. 39 — O professor de tempo parcial está sujeito a um regime de tempo semanal não inferior a 18 horas de trabalho, definido e disciplinado nos Regimentos.

Art. 40 — Considera-se regime de tempo integral o exercício da atividade funcional sob dedicação exclusiva, ficando o professor proibido de exercer cumulativamente outro cargo, emprego ou função, de caráter particular ou público.

§ 1º — Não se compreende na proibição dêste artigo:

- 1 — O exercício em órgão de deliberação coletiva, desde que relacionado com o cargo exercido;
- 2 — As atividades que se destinam à difusão de idéias ou conhecimentos;
- 3 — O exercício de atividades profissionais, na sede

do estabelecimento, relacionadas com o cargo de magistério ocupado, obedecidas as normas estatutárias ou regimentais.

§ 2º — A prestação dos serviços indicados no parágrafo anterior poderá ser remunerada.

Art. 41 — A concessão do regime de tempo integral dependerá da iniciativa ou aquiescência do interessado e da aprovação de dois terços dos membros da Congregação, ouvido o respectivo Conselho do Estabelecimento, na forma regimental.

§ único — O ato de concessão será baixado, nas Universidades, pelo Reitor, e nos estabelecimentos isolados, pelo Diretor.

Art. 42 — Os estabelecimentos que adotarem a forma departamental poderão tornar imperativo, para determinadas unidades, o regime de tempo integral, respeitados os direitos adquiridos dos professores de tempo parcial.

Art. 43 — Os professores em regime de tempo integral não perderão as vantagens correspondentes, em consequência de licenças ou afastamentos concedidos nos termos desta lei.

TÍTULO IV — DOS DEVERES, DOS DIREITOS E DAS VANTAGENS

Capítulo I — Dos vencimentos e gratificações

Art. 44 — O vencimento-base do professor titular, será, pelo menos, quinze vezes o maior salário mínimo vigente no país.

§ único — As autarquias federais de ensino superior, no uso de sua autonomia financeira, poderão livremente fixar o vencimento-base, respeitado o limite mínimo indicado neste artigo.

Art. 45 — O vencimento-base do professor adjunto, do assistente e do instrutor será fixado, respectivamente, em 80, 70 e 60% do vencimento-base do professor titular, atribuindo-se aos colaboradores de 2º e 1º grau os salários respectivos de 50 e 40% daquele vencimento.

Art. 46 — O professor de tempo integral perceberá uma gratificação de 100% calculada sobre seu vencimento-base.

§ 1º — O professor que, optando pelo regime de tempo integral, fôr obrigado a desacomular, terá como gratificação importância não inferior à do vencimento do cargo desacomulado.

§ 2º — O professor de tempo integral que aceitar cargos de direção, nos termos do art. 23, receberá, além da gratificação daquele regime, mais 30% dos vencimentos da respectiva comissão ou função.

Art. 47 — O professor terá direito a gratificações quinquenais por tempo de serviço, até o máximo de sete (7) quinquênios.

§ único — Essa gratificação será de 5% por quinquênio, calculada sobre o vencimento-base, ou sobre este, acrescido da gratificação prevista no artigo anterior, quando em regime de tempo integral.

Art. 48 — O pessoal terá direito ao salário-família, quando pertencer ao quadro de instituição vinculada à administração federal.

Art. 49 — Poderão ser previstos nos Estatutos ou Regimentos gratificações especiais e prêmios de estímulo, a fim de distinguir a dedicação, a excelência e a produção do trabalho do pessoal docente.

Art. 50 — Serão concedidas ao pessoal as gratificações e demais vantagens outorgadas na legislação especial sobre risco de vida e de saúde.

Capítulo II — Dos direitos

Secção I — Das férias e da Licença especial

Art. 51 — O docente de ensino superior, segundo as normas regimentais, gozará obrigatoriamente de 30 a 60 dias de férias por ano, em período em que o estabelecimento se encontrar em recesso.

Art. 52 — O exercício de cada decênio de atividade ininterrupta dará direito a licença especial de 6 meses, nos termos dos artigos 116 e 117 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, regulamentados pelo Decreto nº 38.204, de 3.11.1955.

Secção II — Da Vitaliciedade e da Estabilidade

Art. 53 — O professor titular catedrático terá direito à vitaliciedade, em instituições públicas ou privadas.

Art. 54 — Será adquirida estabilidade após dois anos de exercício no cargo, consecutivos à nomeação em virtude de concurso.

Art. 55 — O professor perderá o cargo:

- I — Quando vitalício, somente em virtude de sentença judiciária transitada em julgado;
- II — Quando estável, no caso do inciso anterior, no de se extinguir o cargo ou no de ser demitido mediante processo administrativo, em que se lhe tenha assegurado ampla defesa.

§ único — Extinguindo-se o cargo, o professor estável ficará em disponibilidade remunerada até o seu obrigatório aproveitamento em outro cargo de vencimentos compatíveis com o que ocupava.

Secção III — Da Aposentadoria

Art. 56 — O pessoal de ensino superior, vinculado ao sistema federal, gozará do direito de aposentadoria, na forma dos artigos 176 a 181, 184, 186 e 187 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, permitida a aposentadoria voluntária a quem contar 30 anos de serviço.

Art. 57 — Os proventos da inatividade serão automaticamente reajustados ao mesmo nível básico dos aumentos que forem concedidos ao pessoal em atividade, guardada a equivalência de cargos.

Art. 58 — O professor de tempo integral, quando aposentado após cinco anos neste regime, terá direito a incorporar a respectiva gratificação aos proventos de aposentadoria.

Art. 59 — O professor que acumular dois cargos efetivos de magistério poderá aposentar-se com proventos integrais de ambos os cargos, desde que, nestes, a soma dos respectivos tempos de serviço haja atingido 50 anos.

Capítulo III — Das vantagens

Art. 60 — O professor terá as seguintes vantagens:

- I — Nos casos de transferência provisória destinada ao intercâmbio de professores, a Universidade ou estabelecimento isolado, interessado na transferência, concederá ao professor transferido ajuda de custos para compensar as despesas de transporte e mudança,, na forma dos Estatutos ou Regimentos.
- II — Recursos materiais que possibilitem o cumprimento dos deveres, e a publicação dos trabalhos, de acôrdo com o que a respeito, dispuserem os Estatutos ou Regimentos.
- III — Os colaboradores, assim definidos nesta lei, que, em virtude da admissão, tiverem de abandonar cargos ou funções de entidades públicas, terão direito ao retôrno aos mesmos cargos ou funções, caso não lograrem ingresso na classe inicial do magistério superior.

Art. 61 — As Universidades, no uso de sua autonomia, poderão prover de forma subsidiária ou complementar sôbre matéria de previdência social, no interesse de seus professores, servidores, alunos ou egressos.

Capítulo IV — Dos Deveres e das Penalidades

Art. 62 — O professor é obrigado a cumprir os planos e programas de ensino a que se refere o art. 4º.

§ 1º — O professor que, sem motivo justificado, não cumprir 3/4 do programa ou plano a ser executado, ou deixar

de comparecer a 25% das aulas, responderá a inquérito administrativo, para aplicação das penalidades previstas nos Estatutos ou Regimentos, assegurada ampla defesa.

§ 2º — A reincidência na falta poderá importar perda do cargo, sempre mediante inquérito ou ação judicial cabíveis.

Art. 63 — Aplica-se ao pessoal o disposto nos artigos 194 e 201 a 209, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Art. 64 — Os Estatutos ou Regimentos regularão a competência e o procedimento para aplicação de penas disciplinares.

TÍTULO V — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, ESPECIAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 65 — As Universidades e os estabelecimentos isolados vinculados à administração federal terão assegurados, no seu orçamento anual, recursos destinados a atender às despesas decorrentes da presente lei, para tal sendo obrigatória a consignação de dotações globais no orçamento da União, sempre que aqueles recursos forem insuficientes.

§ único — Enquanto a administração das Universidades e dos estabelecimentos isolados, quando ainda entidades não autárquicas, fôr afeta ao Ministério da Educação e Cultura, será providenciada, por este órgão, a inclusão, no orçamento da União, de recursos para atendimento das despesas previstas nesta lei.

Art. 66 — Os Estatutos das Universidades e os Regimentos dos Estabelecimentos de ensino superior deverão adaptar-se aos preceitos desta Lei, dentro de 180 dias.

Art. 67 — O pessoal docente e não docente, pertencente aos quadros do Ministério da Educação e Cultura, mas lotado em Universidades e estabelecimentos federais isolados de ensino superior, fica transferido para o Quadro Único da respectiva instituição.

Art. 68 — Enquanto os estabelecimentos isolados de nível superior vinculados à administração federal não se constituírem em autarquias, as atribuições constantes desta Lei, deferidas ao Diretor do estabelecimento, são da competência exclusiva do Diretor do Ensino Superior.

Art. 69 — Os atuais professores no exercício interino de cátedra vaga, ficam efetivados no cargo de titular não catedrático, desde que sejam docentes livres, por concurso de títulos e provas, da disciplina em cujo exercício se encontram.

§ único — Os que na mesma situação não possuírem o título de docente livre, serão efetivados como professores adjuntos.

Art. 70 — Os atuais professores de ensino superior passam a denominar-se professores adjuntos.

Art. 71 — Os atuais instrutores e assistentes que possuam o título de livre-docente, ou aqueles que, há mais de cinco anos, estiverem no exercício dos respectivos cargos, serão efetivados na classe imediatamente superior.

Art. 72 — Os atuais professores contratados, que estiverem há mais de cinco anos na regência de cátedra, serão efetivados como adjuntos, e aqueles que, nas mesmas condições, desempenharem tarefas auxiliares de ensino, serão efetivados como instrutores.

Art. 73 — Os estabelecimentos que resolverem adotar o regime departamental, deverão respeitar os direitos adquiridos dos atuais professores titulares catedráticos.

Art. 74 — Ficam proibidas as organizações ou associações do corpo docente, de caráter discriminatório e não extensivo à totalidade das classes, categorias ou funções do magistério.

Art. 75 — A incompatibilidade para o exercício da advocacia, prevista no artigo 84, nº VI, da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, não atinge aos professores e demais servidores de estabelecimentos de ensino ou pesquisa, embora ocupantes de cargos em comissão ou funções gratificadas.

Art. 76 — São disposições subsidiárias deste Estatuto, para o pessoal vinculado ao âmbito federal, respeitadas as disposições desta lei e o regime jurídico próprio da magistério superior, as normas do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (Lei nº 1.711, de 28.10.52) e a legislação complementar.

Art. 77 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pôrto Alegre, 23 de setembro de 1964.

(as.) *Prof. Galeno Vellinho de Lacerda* — Presidente

(as.) *Prof. Eduardo Faraco* — Relator

(as.) *Prof. Nagipe Buaes*

(as.) *Prof. Carlos Candal dos Santos*”.

Dos esclarecimentos prestados pelos integrantes da Comissão Especial, quando da leitura do substitutivo, extraem-se, como síntese da filosofia do trabalho, os seguintes comentários:

Prof. Faraco (a propósito dos artigos 5º e 6º) — “Tive a oportunidade de informar à Comissão que a estrutura departamental originou-se na Inglaterra, atingindo a sua maior pureza e a sua máxima eficácia nos Estados Unidos da América do Norte. Tendo participado de uma Comissão, na Faculdade de Medicina de Pôrto Alegre, para a feitura do novo Regimento, e tendo havido uma larga controvérsia a respeito do significado e dos propósitos do Departamento, da for-

mação de sua estrutura e, principalmente, a respeito de quem deveria exercer a chefia do Departamento, posto que, numa Faculdade, pode ocorrer o fato de que vários titulares pertençam ao mesmo Departamento, ou que um Departamento pertença ao titular, eu fiz um inquérito entre vinte e duas universidades americanas, procurando verificar a forma pela qual a chefia do Departamento era selecionada e era exercida. Ficou evidente, nesse inquérito, que a chefia do Departamento tem uma larga, eficaz, convincente e dominadora interferência em toda a filosofia e em toda a ação do Departamento. Naturalmente, o que ocorre nos países latino-americanos é que o Chefe do Departamento atinge a chefia quase que por força de sua posição. Entretanto, a chefia do Departamento, nos países anglo-saxônicos, cabe a homens que sofrem um largo processo de filtração e que, na quase totalidade das vezes, são escolhidos fora do âmbito do Departamento e fora do âmbito da organização em que se insere a estrutura departamental. Esses homens vêm precedidos de uma ampla e documental experiência, bem como de uma indiscutível autoridade intelectual. Em nosso meio, a chefia do Departamento é exercida, por definição, pelo professor catedrático, que teria ou não competência e qualidades intelectuais para isso. Então se procura reduzir a importância e a liderança, e enfraquecê-la, a fim de impedir que o Departamento seja dirigido por alguém que não tenha as condições de liderança, nem as qualidades intelectuais para isso. Entretanto, no momento em que nós reconhecemos a incompatibilidade entre a estrutura departamental e a figura do catedrático, concebendo uma estrutura departamental na base de professores titulares; no momento em que organizamos a carreira nos termos que foram sugeridos, — pareceu-nos que a chefia do Departamento deve caber a uma autoridade indiscutida, mas não em última instância, pois fica expresso claramente que se admite recurso para os órgãos superiores do estabelecimento, na forma regimental. Em última análise o que se pretende dizer é que não pode chefiar o Departamento quem não tem competência para tal. Mas, se tiver competência, se vier escudado em experiência inequívoca, em capacidade intelectual inquestionável, não se compreende por que tal pessoa, investida na chefia, dentro de uma estrutura departamental, não possa, em última instância, exercer, inclusive, o direito de veto."

Prof. Galeno (a propósito do art. 7º e seus parágrafos) — "Como bem acentuou o Prof. Faraco, na justificativa do substitutivo, nós procuramos extrair o máximo de consequências jurídicas da natureza autárquica das universidades. Autarquia, por definição, é uma descentralização da administração; é uma entidade de direito público, com personalidade jurídica própria. Portanto, nós não temos que depender em nada, autárquicos que somos, da administração central, a não ser quanto à nomeação do Reitor e Diretores das Faculdades e Escolas, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases, e, ainda, quanto à obrigação que possui o Poder Legislativo de dotar as universidades de recursos. E nada mais. Autarquia é isso".

Concluída a leitura do substitutivo elaborado pela Comissão Especial, bem assim os comentários paralelos dos integrantes da mesma Comissão, o Sr. Reitor afirmou ser lamentável que não se tivesse tido o tempo necessário para que o trabalho fôsse analisado, em sua profundidade, por todos os Srs. Conselheiros. Entretanto, o plenário já está ao par dos fatores que cercaram a elaboração do referido trabalho, de modo que, dentro do tempo ainda disponível desta sessão, pretende, o orador, ouvir a opinião dos membros desta Casa. Entende, o Sr. Reitor, que a Comissão Especial utilizou com a máxima eficiência o tempo de que dispunha, elaborando um substitutivo que, realmente, pode ser apresentado em nome desta Universidade. Concluiu reiterando que é de seu maior interesse ouvir a opinião e a manifestação dos Srs. Conselheiros, informando, ainda, que alguma emenda ou sugestão que, por exigüidade de tempo, não tenha sido possível tomar em consideração hoje, poderá, entretanto, ser levada pessoalmente ao Fórum de Reitores, que realizar-se-á somente no dia 9 de outubro p. vindouro.

Em debate a matéria.

O Prof. Maciel acentuou, inicialmente, que o trabalho elaborado pela Comissão Especial lhe dá a melhor das impressões. Desejava, por isso, louvar irrestritamente a Comissão, por haver feito, num prazo tão breve, um trabalho de tanta organicidade, de tão alta estrutura e de tão boa qualidade. Ele se distancia, de muito, do anteprojeto que visa a substituir. Indubitável é que não cabe termo de comparação entre a qualidade de um anteprojeto e a qualidade do outro. A leitura do substitutivo, entretanto, demonstrou ao orador que vários de seus aspectos poderiam ser objeto de longa discussão desta Casa; crê, aliás, que muitos dos Srs. Conselheiros teriam problemas a debater, quanto à matéria. Haveria, então, dois caminhos: ou se debate o trabalho, artigo por artigo, ou se considera a impossibilidade de fazer um trabalho sério no tempo disponível. Nesse particular, então, a única proposição que parece aceitável ao orador, e que, por isso, apresenta à Casa, é a seguinte:

“O Conselho Universitário da URGs

considerando a exigüidade do tempo de que dispõe, por motivos alheios à sua vontade, para apreciação do anteprojeto elaborado pela colenda Comissão ad-hoc,

e considerando, doutra parte, que o anteprojeto elaborado pela Comissão é sob todos os títulos, superior ao anteprojeto original,
resolve:

- a) rejeitar, em bloco, o anteprojeto original;
- b) aprovar, em bloco, o anteprojeto apresentado pela colenda Comissão ad-hoc, como mais significativo da contribuição da URGs ao debate do assunto;
- c) ressaltar a posição individual de cada um dos Conselheiros, no tocante à apreciação particularizada de cada tópico.”

Colocada a questão nesses termos — continuou o Prof. Maciel — far-se-ia a aprovação global do substitutivo, mas cada um dos Srs. Conselheiros ficaria livre para encaminhar ao Sr. Reitor as sugestões que entendesse, embora S. Magfcia. já tenha avisado que a eficiência disso será quase nula, já que, segundo consta, haverá um tempo muito limitado para apresentar tais sugestões; mas, pelo menos, do ponto de vista moral, o Conselho estaria a cavaleiro de qualquer dificuldade, pois, ao mesmo tempo, asseguraria, à Comissão, o justo aprêço pelo magnífico trabalho apresentado; ao Forum de Reitores, uma colaboração efetiva, substituindo um anteprojeto seguramente inçado dos maiores defeitos por um outro que, seguramente, é muitíssimo melhor; e, finalmente, cada um dos Srs. Conselheiros ficaria em paz com a sua consciência, no tocante aos vários tópicos — e existem alguns que o orador considera fundamentais — nos quais existe discorância doutrinária ou pragmática em relação ao substitutivo apresentado. Êsse, pois, o sentido da proposição que apresenta.

O Prof. Mozart consultou ao Sr. Reitor sôbre como êste entende que irá repercutir, no Forum de Reitores, o excelente substitutivo apresentado pela Comissão Especial: se o Sr. Reitor comparece ao Forum com êsse substitutivo, havendo, naquele colegiado, uma atmosfera de aceitação do anteprojeto que circula pelo País, ou se êste Conselho poderia — em sintonia com o pensamento que o orador trouxe de sua Faculdade — rejeitar totalmente o anteprojeto do MEC. No caso dêste plenário rejeitar o anteprojeto, o substitutivo elaborado pela Comissão Especial passaria a ser o documento representativo da Universidade, e, nessas condições, seria o Sr. Reitor autorizado a levá-lo ao Forum de Reitores. Essa fórmula, no entender do orador, daria muito maior fôrça ao Sr. Reitor para promover o afastamento do anteprojeto do MEC — que é nefasto — e a consideração do substitutivo, que, inegavelmente, tem muito maior significação.

O Sr. Reitor ponderou que é exatamente dentro dêsse princípio que se está utilizando todo o tempo disponível, para tentar apresentar o trabalho da Comissão Especial como substitutivo, bem como para tentar utilizar todos os recursos possíveis para que êle seja aceito antes de se reunir o plenário do Forum de Reitores.

O Prof. Medici, após elogiar o trabalho da Comissão Especial, disse que desejava fazer alguns reparos, de caráter doutrinário, que lhe impedem de votar favoravelmente ao substitutivo, tal como está redigido. Frisou que, sendo democrata convicto, acredita que sômente a dinâmica do processo democrático vai nos levar a uma convivência social menos árdua. Uma das características fundamentais da democracia é a instituição da prática parlamentar. Mencionou o orador, citando bibliografia, que não existe democracia se não existe deliberação colegiada. Pois bem: não existe nenhuma assembléia, no mundo democrático, que qualifique o voto. Então, se fôr inserido, num Estado democrático, um órgão colegiado que qualifique o voto, das duas, uma: ou é inventar a democracia, ou é negar a democracia. Parece, ao orador, que êsse ponto é fundamental no substitutivo: êle estabelece um organismo democrático e, ao mesmo tempo, qualifica o voto. São — ao ver do orador — dois conceitos completamente

incompatíveis. Existe outro aspecto de caráter filosófico que deseja apontar: é o prêmio da produtividade. Entende — e já declarou neste Conselho — que é obrigação social do homem que vive em sociedade dar o máximo de si. Dentro, pois, dêsse ponto de vista, considera, o Prof. Medici, que não se deve premiar aquele que cumpre a sua obrigação, mas, sim, punir o que não cumpre com sua obrigação. Esses são os dois pontos que o orador considera fundamentais, dentro do substitutivo, e que impedem-no de aprová-lo.

O Prof. Brito, após fazer suas as palavras de elogio, tecidas pelo Prof. Maciel, ao trabalho da Comissão Especial — trabalho êsse que considerou admirável — disse que a Faculdade de Odontologia de Pôrto Alegre encaminhara, àquela Comissão, 22 emendas e 7 aditivos, os quais, portanto, gostaria fôsem incluídos na relação mencionada, antes, pelo Prof. Faraco. Aduziu, a seguir, que, embora plenamente favorável à proposta formulada pelo Prof. Maciel, desejaria que, antes da votação, prestasse a Comissão Especial, se possível, alguns esclarecimentos, quanto aos seguintes tópicos: 1º) — Se não caberia melhor caracterização ao titular não-catedrático. Ponderou, o orador, que não conseguira situar bem a posição do titular não-catedrático.

O Prof. Galeno esclareceu que “titular” é a denominação genérica que abrange a classe docente superior. O substitutivo distingue entre titular catedrático e titular não-catedrático. O titular não-catedrático é próprio da organização departamental. Como o substitutivo esclarece muito bem, terão acesso ao cargo de titular não-catedrático apenas os professores adjuntos, mediante concurso de títulos e trabalhos. Ao passo que o titular catedrático mantém a mesma situação jurídica atual. Não haverá nenhuma diversidade de tratamento, em matéria de vantagens, entre uma figura e outra.

O Prof. Brito, a seguir, solicitou lhe fôsse esclarecido se o art. 3º do substitutivo faz referência à constituição das classes de professores em carreira do magistério.

O Prof. Galeno ponderou que, do ponto de vista técnico-específico, não seria própria a adoção da palavra “carreira”. E isso porque a carreira pressupõe um acesso automático, independente de concurso, o que não ocorre na sistemática do substitutivo. De modo que a Comissão Especial teve a prudência de não usar a palavra “carreira”, pois a situação jurídica do professor não se ajusta bem à definição dessa palavra.

O Prof. Brito, logo após, reportando-se à gratificação sobre risco de vida e saúde, perguntou se o texto do art. 50 faz referência à possibilidade de que se possa novamente aplicar a legislação que já existe sobre essa matéria.

O Prof. Galeno esclareceu que o art. 50 se reporta à legislação vigente acerca do assunto, legislação essa que será aplicada à espécie. Afirmou, a seguir, que a fórmula adotada no texto do art. 50 é elástica, significando que toda e qualquer lei nova que surgir sobre essa matéria específica será, automaticamente, aplicada ao magistério.

Em continuação, o Prof. Brito acentuou que existe na Universidade, como situação de fato, o caso de instrutores de ensino superior, portadores do título de docente livre, os quais, em virtude da falta de vagas que lhes possibilitassem o acesso à classe de assistente de ensino superior, permanecem na

classe de instrutor já há muito tempo. Pelo teor do art. 71 do substitutivo, esses instrutores passariam à classe de assistente. Considera, porém, o orador, que eles deveriam passar à classe de professores adjuntos, tal como ocorrerá com os atuais assistentes. Nessas condições, entenderia conveniente fosse introduzida uma disposição transitória no substitutivo, a fim de atender àqueles que permanecem como instrutores, com títulos de docente livre, embora já existisse a possibilidade de que passassem a assistente, mas que as circunstâncias da legislação vigente não permitiram que isso ocorresse. A disposição transitória, então, determinaria que esses instrutores passassem a professores adjuntos, tal como ocorrerá com os atuais assistentes.

O Prof. Faraco esclareceu que a Comissão Especial considerou o caso do docente que tem a posição de assistente, e o caso do docente que tem a posição de instrutor. Como o substitutivo prevê a ascensão de classe para classe através de uma sistemática lógica e coerente, não pareceu justo, à Comissão, que o só título de docente livre habilitasse o instrutor a galgar dois estágios da hierarquia. De qualquer maneira, entende, o orador, que situação como a exposta pelo Prof. Brito — a qual, evidentemente, é injusta — não poderia ser prevista no substitutivo, pois seriam tantas as variantes que, poderiam, elas, quebrar a coerência a que se propôs a Comissão. Entretanto, seria possível que o Sr. Reitor levasse a sugestão do Prof. Brito ao Forum de Reitores, pois — como bem acentuou o Prof. Maciel — não se pode interferir num trabalho como o do substitutivo, a não ser elaboradamente, para que não se quebrem os princípios que fundamentaram o trabalho e a harmonia que nele se contém. Aduziu, o orador, por outro lado, que concorda inteiramente com as ponderações de que o aqodamento imposto à Universidade é inteiramente injustificável, em se tratando de um documento de tal importância. Teria, a Comissão, certamente, desejado que o substitutivo fosse objeto de longo e amplo debate, pois nem remotamente presumia que se tratasse de um trabalho que reunisse todas as preferências. Mas, em se distanciando, sob muitos aspectos, do anteprojeto original, desejaria, a Comissão, que o substitutivo comparecesse ao Forum de Reitores com a ordenação, a sistemática e os princípios por ela propostos, embora possa, naquele plenário, ser objeto das emendas e sugestões que então se apresentarem.

O Prof. Brito, a seguir, concluiu reiterando seu aplauso ao trabalho da Comissão Especial, declarando-se perfeitamente concorde com os esclarecimentos prestados pelos Profs. Galeno e Faraco.

O Prof. Louro, inicialmente, e tendo em vista o § 4º do art. 21 do Regimento Interno da Universidade, justificou sua ausência à Sessão anterior do Conselho, dizendo que estava assistindo um Congresso com autorização da sua Congregação. Afirmou, logo após, que, não tendo podido assistir os debates verificados na última Sessão, e, ainda, não tendo podido sentir o pensamento dos demais Srs. Conselheiros, seria muito difícil, pela simples leitura dos documentos relativos à matéria, saber das tendências existentes. Em face disso, o orador elaborou e, a seguir, leu a declaração de voto que abaixo se transcreve:

"Considerando que, tanto quanto pudemos perceber pela leitura da exposição de motivos e do substitutivo do anteprojeto, as normas ali estabelecidas parecem traduzir nossa opinião a respeito;

Considerando a necessidade premente de que um pronunciamento do Conselho Universitário seja pelo Sr. Reitor levado ao Forum de Reitores e levando principalmente em conta as ponderações feitas pelo Sr. Reitor no início da sessão, quando disse que mais vale, no caso, apressar-se do que omitir-se;

Considerando que, possivelmente, modificações serão feitas neste substitutivo — caso seja aceito — seja no Forum de Reitores, seja — e principalmente — no Congresso Nacional,

embora subscreva tudo o que o Prof. Rubens Maciel disse, anteriormente, a respeito da importância e, principalmente, do tempo que nos é dado para emitir parecer sobre este substitutivo;

Considerando o excelente trabalho que pudemos ver realizado — e não seria de outra coisa esperar dado o gabarito dos componentes da Comissão — seja pela leitura do substitutivo, pela exposição de motivos e principalmente pelas explicações que foram feitas pelo Sr. Relator durante a apresentação do trabalho;

Adianto meu voto favorável à aprovação global deste substitutivo, ressalvando que, possivelmente, sugeriria algumas modificações, se mais tempo tivesse para uma fria e adequada apreciação."

O Ac. Ghisleni, logo após, disse que, como estudante da Universidade, tendo lido atentamente o substitutivo ao anteprojeto do Estatuto do Magistério Superior, desejava, em primeiro lugar, expressar suas dúvidas quanto à viabilidade da execução de tal substitutivo, especialmente no que tange aos aspectos econômicos que serão criados por esse documento. Manifestou, a seguir, sua concordância com o Prof. Medici, por entender que os ideais não devem ser condicionados pelas considerações de caráter financeiro ou pelas condições favoráveis que são ensejadas ao desenvolvimento da carreira do professor, através de atrativos econômicos. Declarou, em continuação, que não pode se dizer que a Universidade seja totalmente independente do Governo Federal, enquanto ela depende dos recursos que lhe são concedidos pelo mesmo Governo. Aduziu que, analisando a situação econômica do País e considerando os aspectos que o substitutivo apresenta, julga, o Ac. Ghisleni, que não foi dado real interesse ao aspecto social e a esta difícil fase que atravessa o povo brasileiro. Pensa, o orador, que o substitutivo foi feito mais em base de comparações com o que ganham outras categorias, procurando-se acomodar a inquietação por meio de considerações financeiras. Concluiu afirmando não crer que, pelo simples fato de se levar a questão mais pelo ponto de vista econômico, consiga se solucionar o problema da universidade brasileira.

O Prof. Faria, em seguimento, pediu lhe fôsse esclarecido, pela ilustre Comissão Especial, se as unidades universitárias e os estabelecimentos isolados devem optar pela organização em cátedras ou pela organização em Departamentos, ou se podem adotar, simultaneamente, as duas organizações, isto é, Cátedras e Departamentos.

O Prof. Galeno afirmou que, no texto do substitutivo, nada impede que tôdas as formas, mesmo as híbridas, sejam adotadas. Fica, a solução, à inteira discrição de cada estabelecimento.

O Prof. Faria disse que, podendo coexistir os dois sistemas, isto é, Cátedras e Departamentos, isso vem ao encontro das próprias intenções da ilustre Comissão Especial, que procurou dar as maiores possibilidades de desenvolvimento das organizações universitárias, atendendo, simultaneamente, os seus interesses específicos. Teceu, a seguir, amplos comentários elogiosos ao trabalho da Comissão, frisando que a dimensão "temno" foi largamente superada pela dimensão "capacidade" dos integrantes daquela. Afirmou que o trabalho apresentado pela Comissão Especial é um dos melhores, senão o melhor, que já teve oportunidade de tomar conhecimento, em relação ao assunto magistério universitário. Aliás, o substitutivo não se limitou à questão do magistério, pois abrange o aspecto de todo o pessoal da Universidade. Só isso já seria o suficiente para apresentar à Comissão os mais efusivos parabéns pelo seu trabalho. Além disso, era motivo de intenso júbilo e satisfação, para o orador, sentir, depois de muitos anos de permanência no Conselho Universitário e depois de mais de 30 anos de exercício de cátedra, que se procurou dar ao Estatuto do Magistério Superior, através do substitutivo, essas características que atendem a tôdas as aspirações das entidades universitárias, e as suas características particulares, bem como as características regionais. De modo que louvava o brilhante trabalho da Comissão Especial, aprovando-o integralmente. É evidente — como disse o Prof. Maciel — que, com mais vagar na apreciação, poder-se-ia encontrar alguns pontos de discordância. Crê, o orador, que, de sua parte, tal não ocorreria, mas isso poderia acontecer em relação a outros ilustrados membros desta Casa. Concluiu afirmando que o trabalho da Comissão foi além de sua expectativa, motivo por que reiterava suas congratulações aos ilustres integrantes da mesma, bem como desejava expressar sua certeza de que o Sr. Reitor, como antigo e dedicado professor universitário, saberá defender os aspectos gerais do substitutivo.

O Prof. Gischkow, logo após, disse que, como Representante da Congregação da Faculdade de Direito de Pelotas, e na impossibilidade de transmitir à sua Congregação o substitutivo hoje apresentado a esta Casa, gostaria, para poder votar de sã consciência, lhe fôsem prestados esclarecimentos acêrca do seguinte: um dos aspectos notados pelo orador, no anteprojeto original, foi o de que êste, a pretexto de regular o Estatuto do Magistério Superior, englobou o problema da organização didática; a Comissão Especial, por sua vez, adotou, no substitutivo, êsse mesmo aspecto. Ocorre que a Lei de Diretrizes e Bases estabeleceu o princípio da autonomia didática da universidade. Em face disso, quer parecer, ao orador, em primeiro lugar, que o problema da organização didática não caberia no Estatuto do Magistério. Em segundo lugar, o substitutivo, como o anteprojeto original, fechou a questão a respeito da organização didática, que poderia ser: Cátedra, Departamento, ou um sistema misto, afastando definitivamente o princípio, já conquistado, da autonomia didática da universidade. Essas são as dúvidas — fundamen-

tais, de resto — que o orador desejaria fôsem esclarecidas.

O Prof. Galeno acentuou que o Prof. Gischkow tocara, com muita propriedade, num dos aspectos fundamentais que preocuparam a Comissão desde o início de seus trabalhos. Este assunto foi largamente debatido pela Comissão Especial. Seus integrantes também foram sensíveis, de início, ao aspecto de que, na verdade, tôda a matéria didática seria impertinente dentro do Estatuto, puro e simples, do Magistério. Mas, por outro lado, bem ponderando as conveniências de, através dessa lei nova, se dar maior flexibilidade à estrutura departamental, que é apenas entrevista na Lei de Diretrizes e Bases, entendeu, a Comissão, de aproveitar a necessidade que se tinha, do ponto de vista estatutário, de regular a situação dos professores dentro dessa estrutura nova, que é a departamental, fazendo-se, evidentemente, referência a ela. Então criou-se essa figura do professor não-catedrático, permitindo-se, ao mesmo tempo, a instituição, também, do sistema de Fundações, que é autorizado na Lei de Diretrizes e Bases. De modo que o substitutivo, na verdade, atende a tôdas as situações didáticas possíveis, a tôdas as organizações possíveis, naquilo que implica com as categorias de classes do magistério. Permite-se, pois, ampla liberdade aos estabelecimentos, no sentido de adotarem a forma que bem entenderem. A dúvida inicial do orador, do ponto de vista jurídico, era sobre a possibilidade, ou não, da criação da figura do titular não-catedrático, porque a Constituição, entre os princípios que devem reger o ensino, fala na figura do catedrático. De modo que o Prof. Galeno teve sérias dúvidas, face ao sistema constitucional, sobre a possibilidade de adoção legal de um regime de ensino sem cátedras. Mas, nessa ocasião, teve bem presente, o orador, a lei, votada pelo Congresso, que criou a Universidade de Brasília, sob o regime de fundação, sem cátedras. Portanto, havendo u'a manifestação legislativa ordinária, no sentido de uma estrutura docente ausente de cátedras, ficou o orador, pelo menos, com dúvidas a respeito da rigidez do nosso sistema constitucional. Essas dúvidas foram manifestadas ao Prof. Ruy Cirne Lima, tendo êste tranquilizado ao Prof. Galeno e aos demais membros da Comissão, afirmando peremptoriamente que a nossa Constituição não pode ser entendida no sentido de impôr apenas o regime tradicional de cátedras. Tendo em vista, pois, a solução dessa preliminar, é que a Comissão, ao disciplinar o estatuto dos cargos, deveria, também, introduzir a figura nova do titular não-catedrático, própria, aliás, do sistema departamental. De modo que as possibilidades de organização didática estão atendidas dentro dêstes termos flexíveis: não há nenhuma colisão com a Lei de Diretrizes e Bases, antes completa e, em certo sentido, torna mais ampla, mais autônoma, mais livre a organização didática do ensino superior.

O Prof. Maciel, a seguir, esclareceu que o entendimento do Conselho Federal de Educação, a propósito da matéria, não é de que a estrutura em cátedra seja obrigatória, mas sim, de que, quando a estrutura em cátedra fôr adotada, a cátedra, nos termos da Constituição, será vitalícia e a ela se chegará por concurso de títulos e provas, não considerando, o C. F. E., que isso signifique, obrigatoriamente, que só essa seja a forma adotada.

O Prof. Gischkow ponderou, em relação ao segundo as-

pecto focado e respondido antecipadamente pelo Prof. Galeno, que a cátedra é, por princípio constitucional, a única forma de direção de unidades de ensino. Em se tratando de princípio constitucional, não vê, o orador, como possa uma lei ordinária estabelecer a responsabilidade de direção de Departamentos por titulares não-catedráticos. Confessa, pois, o Prof. Gischkow, que tem sérias dúvidas a respeito da constitucionalidade do substitutivo, a esse respeito. O princípio constitucional em referência pode ser retrógrado, pode ser antiquado, pode não consultar aos interesses do ensino, mas é princípio constitucional. De modo que, embora a opinião abalisada do Prof. Ruy Cirne Lima — que é, sem dúvida alguma, um dos luminares — permite-se, o orador, data vênua, continuar em dúvida e, a propósito dela, alertar o Conselho Universitário, como considera de sua obrigação, face a sua qualidade de professor de Direito. Concluiu, entretanto, ressaltando, em seu aspecto global, o valor do trabalho da Comissão Especial.

O Prof. Maciel esclareceu que o Conselho Federal de Educação é autoridade em matéria de Educação, mas não em matéria de Direito Constitucional. O orador apenas apresentou a interpretação que é adotada no C. F. E., o qual se assessorou, para fazê-lo, de constitucionalistas. Mas é evidente que as opiniões podem ser divergentes, e a do C. F. E. vale apenas na medida em que ela produz efeitos legais.

O Prof. Buaes, a seguir, ponderou que, em torno dessa preponderância do sistema de cátedras, as variáveis podem ser inúmeras, e, conseqüentemente, o ato de organização departamental se constitui num ato de complementação.

O Prof. Othon, logo após, reportou-se a um trabalho do Prof. Almeida Júnior, do Conselho Federal de Educação, sobre a "Universidade sem Cátedra". Diz, o referido professor, que a Lei de Diretrizes e Bases estabelece exigência para a direção de órgãos federais. Ora, a criação da figura do professor não-catedrático não significa que fica abolida a figura do professor catedrático; existirá o titular não-catedrático, como já existem o professor adjunto, o assistente e outros elementos, dentro do corpo docente. Na espécie, o titular não-catedrático apenas não poderá dirigir um órgão federal. Essa é a única exigência prevista na Lei de Diretrizes e Bases.

O Prof. Galeno, a seguir, disse que recebia com o máximo respeito, em nome da Comissão, a opinião do Prof. Gischkow, na sua dupla qualidade de eminente professor de Direito e de magistrado. Como já frisou, o orador, éle próprio levantou, no seio da Comissão, essa preliminar. Entretanto, não se colocou, propriamente, na posição de constitucionalista — que não é — para ajuizar da constitucionalidade, ou não, do substitutivo. Colocou-se, o orador, na posição de professor, membro da Comissão Especial, com o dever de apresentar aquilo que de mais flexível e moderno pudesse ser apresentado, dentro, evidentemente, dos princípios constitucionais. Então, a sua consciência jurídica, sob esse aspecto, se satisfez com o precedente legislativo já existente, que é a lei que constituiu a Universidade de Brasília sem cátedras; e, em segundo lugar, com a opinião autorizada do Prof. Ruy Cirne Lima, que o orador tem como seu mestre, nesse particular. Claro está que se essas proposições não passarem na Comissão de Constituição e Justiça do Poder Legislativo, ou se,

amanhã ou depois, forem impugnadas pelo Poder Judiciário, deverão, as decisões desses Poderes, ser acatadas. Em todo o caso, trata-se de tentativa no sentido de uma abertura, tal como foi concebida e aprovada na Comissão Especial.

O Prof. Tietbühl, em seguimento, fez uma pré-declaração de voto: acolhe a proposição do Prof. Rubens Maciel, no sentido de que, nas circunstâncias atuais, apenas se deva fazer uma aceitação global do substitutivo. Fez suas as palavras de elogio à Comissão Especial, que apresentou tão excelente trabalho. Globalmente, entretanto, a dúvida mais crucial que se afigurou ao orador, no curso da exposição, foi justamente aquela relativa à estruturação dos sistemas. Essa dúvida, aliás, foi esclarecida quando da pergunta formulada pelo Prof. Faria, tendo ficado expresso que, quando da alternativa referente à estruturação em Cátedras ou em Departamentos, seria possível, então, um sistema misto. Essa, então, seria a dúvida mais crucial do orador. Dirimida essa dúvida — acentuou o orador — os demais aspectos do substitutivo somente poderiam dar margem a detalhes de intervenção desde que houvesse oportunidade de um estudo mais aprofundado. Como não há essa possibilidade, o Prof. Tietbühl não tem dúvida em votar favoravelmente à proposição do Prof. Maciel.

O Prof. Galeno, logo após, expressou o agradecimento da Comissão Especial às inúmeras manifestações com que a bondade de seus eminentes colegas honraram o trabalho por ela realizado, e, ao mesmo tempo, manifestar a honra de que se sentem possuídos os integrantes da Comissão por haverem cumprido essa tarefa que lhes foi cometida por esta Casa e, também, a honra com que recebem as palavras estimulantes que lhes foram dirigidas pelos Srs. Conselheiros, inclusive aquelas dos eminentes colegas que divergiram em aspectos doutrinários, de maior ou menor intensidade, do trabalho elaborado. Dirigindo-se, a seguir, aos representantes do corpo discente, fez-lhes sentir que eles não interpretaram bem os aspectos do trabalho da Comissão, que transcende de muito o prisma restrito e errôneo com que o consideraram.

O Sr. Reitor, em continuação, disse que, cabendo a ele defender, no Forum de Reitores, o substitutivo apresentado, deseja afirmar ao plenário que o fará com a maior satisfação, porque, realmente, o quanto o anteprojeto original desatendia os interesses da organização do magistério superior — no que diz respeito ao regime jurídico do pessoal docente — este procura, de maneira bastante diversa do original, resguardar todos os interesses mais elevados dessa organização. Um ou outro pequeno tópico, que diga respeito à filosofia que determinou a feitura deste trabalho, poderia, talvez, ser objeto de melhor articulação. É evidente que a exigüidade de tempo com que foi elaborado o trabalho, não permitiu que tal ocorresse. Entre esses tópicos, está a parte relativa ao tempo integral. Propugnaria, o Sr. Reitor, a que se resguardasse mais, no Estatuto, a implantação tendente a tornar definitivo e total o exercício do magistério nesse regime. Quer parecer, ao orador, que, sob esses aspectos, o anteprojeto original, de certa forma, dava um pouco mais de amparo. Trata-se da tendência para estimular e, até, sob certos aspectos, tornar compulsório o regime de tempo integral. O candidato ao ingresso do magistério já deverá ter esse conceito quase

como fundamental: o conceito de que êle vai seguir, realmente, apenas uma carreira, que é aquela do magistério, e não qualquer outra, seja liberal ou paralela. Um outro tópico, é o de que não houve uma discriminação mais perfeita entre a natureza dos concursos a serem realizados nas diferentes fases da carreira. A vantagem, nessa discriminação, seria a de que a seleção final do magistério seria feita, mais, tendo por base a atividade pregressa do professor, cousa que está, pelo menos, aceitavelmente resguardada no anteprojeto original. Parece, ao orador, que não se valorizou suficientemente, no substitutivo, o aspecto que deve caber à consideração dos títulos e trabalhos, ou seja, a ênfase maior dêsse aspecto na seleção final do magistério. Entretanto, são pequenos tópicos que não modificam o conjunto do substitutivo, o qual representa, realmente, um esforço extraordinário da Universidade do Rio Grande do Sul, esforço êsse que se deve, em grande parte, aos quatro eminentes professores que, em Comissão Especial, foram designados por êste Conselho.

O Sr. Secretário, a seguir leu a proposição formulada pelo Prof. Rubens Maciel, proposição essa que, abaixo, se transcreve novamente:

“O Conselho Universitário da URGs:

considerando a exigüidade do tempo de que dispõe, por motivos alheios à sua vontade, para apreciação do anteprojeto elaborado pela colenda Comissão ad-hoc,

e considerando, doutra parte, que o anteprojeto elaborado pela Comissão é sob todos os títulos, superior ao anteprojeto original,

resolve:

- a) rejeitar, em bloco, o anteprojeto original,
- b) aprovar, em bloco, o anteprojeto apresentado pela colenda Comissão ad-hoc, como mais significativo da contribuição da URGs ao debate do assunto,
- c) ressaltar a posição individual de cada um dos Conselheiros, no tocante à apreciação particularizada de cada tópico.”

O Sr. Reitor, logo após, colocou a votos a proposição acima.

DECISÃO — Aprovada, contra 1 (um) voto, a proposição, supra transcrita, do Prof. Rubens Maciel. Votou contra o Prof. Medici. Abstiveram-se de votar os Profs. Galeno, Faraco, Buaes e Candal, integrantes da Comissão Especial.

O Prof. Maciel, logo após, em justificação de voto, disse, inicialmente, que poderia parecer estranho que êle devesse justificar um voto de aprovação à sua própria proposição. Não era essa sua intenção. O que sucede é que sua proposição prejudicava o debate. No entanto, vários dos Srs. Conselheiros, inclusive o Sr. Reitor, apresentaram algumas restrições. Então, muito embora o espírito de sua proposição fôsse bem claro, no sentido de que ficava ressaltada a posição individual de cada um, desejava dizer que as duas objeções

fundamentais que apresentaria ao substitutivo, seriam: uma, em relação a que êle se coloca — do ponto de vista da filosofia da educação — em termos idealísticos, e não parece, ao orador, que tal substitutivo leve suficientemente em conta o jôgo dos fenômenos sociais que configuram a estrutura final de tôdas as estruturas educacionais. Gostaria, o orador, de ver um sistema de pesos e contrapesos mais adequado à realidade social brasileira, para que o Estatuto tenha condições maiores de viabilidade real, e não apenas de viabilidade formal. A outra objeção que, ao orador, parece importante, é que o regime de transição da realidade atual para a estrutura que se preconiza não levou suficientemente em conta alguns aspectos muito importantes. No que diz respeito, por exemplo, ao fechamento, entre os adjuntos, para o acesso à cátedra, é preciso levar em consideração que os adjuntos atuais chegaram a adjuntos atendendo a um número muito restrito de vagas, o que fêz com que em algumas cadeiras ficassem, como adjuntos, elementos que nem sequer eram docentes livres, e que apenas eram assistentes com o tempo suficiente de dedicação ao magistério, enquanto que se vê docentes livres que, estando na categoria de instrutores, passariam, apenas ao escalão imediato, e não estariam possibilitados para concorrer nessa área. Certamente a ilustre Comissão tinha o propósito de pensar em condições futuras, mas, crê o orador, que um regime de transição capaz de atuar para o futuro é que deveria ser objeto de consideração específica dos casos individuais, o que poderia ser feito no próprio projeto, ou mediante um dispositivo mais geral, cometendo ao Conselho Federal de Educação ou aos Conselhos Universitários o regime de adaptação. Criar-se-ia, com isso, um mecanismo mais elástico para atender a todos os casos que não se pode, desde logo, prever. Uma série de outros aspectos menores, uma amplitude de conceito, poderiam, também, ser debatidos, mas a proposição do orador resguarda perfeitamente qualquer discordância que houver.

O Sr. Reitor, a seguir, declarou que a Reitoria da Universidade está de tal forma impressionada com a excelência do trabalho apresentado pela Comissão Especial, que resolveu fazer um apêlo aos ilustres integrantes da mesma Comissão, no sentido de que o levem em mão ao Ministério da Educação e Cultura, e, inclusive, o debatam fazendo ver da deliberação desta Casa para que seja, o substitutivo, devidamente considerado pela comissão designada pelo MEC, a fim de que tal substitutivo possa ir ao plenário do próximo Forum de Reitores com a antecipada consideração dessa comissão. É provável — continuou o Sr. Reitor — que outras universidades tenham elaborado trabalhos semelhantes. É quase certo que a imensa maioria dessas universidades julgou mal o anteprojeto apresentado; e, também, é provável que haja muita coincidência entre êste projeto que a Universidade está apresentando e os que venham a ser apresentados pelas demais universidades. De modo que isso explica, outra vez, ao Prof. Rubens Maciel, a razão do açodamento com que êle, o projeto, foi elaborado e a sua submissão a uma única sessão dêste Conselho: para que tenha chance, o substitutivo, de, chegando a tempo, poder ser considerado, no Forum, com alguma oportunidade de vir a ser aprovado.

Encerrada a apreciação da matéria e ninguém mais de-

sejando fazer uso da palavra, o Sr. Reitor agradeceu a presença dos Srs. Conselheiros e declarou encerrados os trabalhos às 18:35 horas.

Do que, para constar, eu, _____,
Secretário, lavrei a presente Ata.

